

Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – IP



Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

INCLUSÃO ESCOLAR: POR UMA INCLUSÃO ALÉM DA ESCOLA

ALGUIMAR SERAFIM MOREIRA

ORIENTADORA: MSc. Nadja Ramos de Ávila



Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – IP



Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

ALGUIMAR SERAFIM MOREIRA

INCLUSÃO ESCOLAR: POR UMA INCLUSÃO ALÉM DA ESCOLA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB.

Orientadora: MSc. Nadja Ramos de Ávila

BRASÍLIA 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ALGUIMAR SERAFIM MOREIRA

INCLUSÃO ESCOLAR: POR UMA INCLUSÃO ALÉM DA ESCOLA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:					
- <u></u>					
MSc. Nadja Ramos de Ávila (orientadora)					
MSc. Lúcia de Carvalho Brandão (avaliadora)					
Alguimar Serafim Moreira (cursista)					

BRASÍLIA 2011

DEDICATÓRIA

A todos os professores:

Por que esses, sim são heróis. E não nos deixam fugir da escola mesmo quando insistimos. O que sou agora reflete o empenho dos professores dos quais fui aluno.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai, Meu Tudo.

A todos meus familiares, em especial para minha mãe Leonoura, meu pai Jesus Bonfim e meus irmãos: Andréa e Henrique, que mesmo sem entender me apoiaram nesta árdua e feliz caminhada.

A professora/tutora Nadja Ramos de Ávila que me acompanhou desde o início da minha caminha neste curso.

A todos meus mestres da vida escolar.

A todos professores com quem já trabalhei, porque foi um aprendizado muito grande.

Aos bons e velhos amigos de toda a vida, que foram fonte de alegria, que compartilhamos bons momentos juntos. Essas poucas palavras não bastam para descrever o tamanho do sentimento que tenho por vocês.

A minha noiva, Rosângela, que foi compreensível em todos os momentos e me seguiu nessa caminhada sempre me apoiando.

E a todos meus alunos.

Por fim, a todos que de qualquer forma contribuíram com minha formação.

Temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza e direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza. Boaventura de Souza Santos **RESUMO**

Esta monografia visa apresentar uma pesquisa realizada em uma Escola Classe de Brazlândia/DF

buscando identificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos educandos portadores

de necessidades educacionais especiais. Com objetivos específicos de: verificar se há uma construção

de uma proposta inclusiva que garanta a todos os alunos a construção da autonomia, como: as

atividades da vida diária, adaptando-o às suas necessidades, atividades ocupacionais/laborativas

relacionadas ao emprego e trabalho; compreender como é feita a inclusão de educandos com

necessidades educacionais especiais em escolas comuns; verificar se a adequação curricular está

atendendo os educandos, e se está voltada às suas necessidades educacionais. A pesquisa tem no

ambiente natural (escola) como fonte direta dos dados: sendo que os estudos qualitativos terão

predominância, mas em certos momentos aparecerão tracos quantitativos. A pesquisa foi realizada por

meio de um Estudo de Caso, que abordou com profundidade poucos objetos de pesquisa, procurando

conhecer em profundidade a realidade de como a inclusão está acontecendo, através de observação,

entrevista, redação e análise documental (leis, decretos, regulamentações).

PALAVRAS CHAVES: Inclusão escolar, Adequação curricular, ANEE, Educação, Escola.

ABSTRACT

This monograph aims to present a survey carried out in a School Class of Brazlândia DF seeking to identify the difficulties encountered in the process of inclusion of students special educational needs. With specific goals: to check whether a construction of an inclusive proposal that guarantees all students the construction of autonomy, such as activities of daily living, adapting it to their needs, occupational activities / job-related employment and labor; understand how is the inclusion of learners with special educational needs in mainstream schools; verify the adequacy curriculum is meeting the students, and is geared to their educational needs. The research has the natural environment (school) as a direct source of data: qualitative studies of which have predominantly, but at times appear quantitative traits. The survey was conducted through a case study, which addressed a few objects in depth research, looking in depth the reality of how inclusion is happening through observation, interviewing, writing and analysis of documents (laws, decrees, regulations).

KEY WORDS: Inclusion school curriculum adequacy, Anee, Education, School.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I – Fundamentação Teórica Acerca de uma Verdadeira Inclusão	13
1.1 Adequação Curricular: Uma importante ferramenta para inclusão	16
1.2 O Paradoxo da legislação para Educação Especial	18
CAPÍTULO II – Metodologia	20
2.1 Objetivos	20
2.2 Fundamentação da Metodologia	20
2.3 Contexto da Pesquisa	21
2.4 Participantes	22
2.5 Materiais Utilizados	23
2.6 Instrumentos de Construção de Dados	23
2.7 Procedimentos da Construção de Dados	24
CAPÍTULO III – Considerações sobre a análise e Coleta de dados	25
CAPÍTULO IV – Considerações Finais	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE I	35
APÊNDICE II	35

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória começa com a escola pública, estudei em escola pública durante toda minha vida. Desde quando comecei a cursar as séries iniciais do Ensino Fundamental, naquele tempo não havia a inclusão que há hoje, não se viam crianças portadoras de necessidades especiais em turmas comuns. As crianças não tinham a oportunidade de serem incluídas na sociedade e quase nunca tinham um futuro promissor.

Prossegui nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e com muita luta cheguei à Universidade de Brasília – UnB aprovado no vestibular para o curso de Pedagogia. Pois sonhava e sonho em transformar o mundo pela educação, assim como Paulo Freire. O curso contribuiu muito para meu desenvolvimento profissional e pessoal. Formei-me Pedagogo e um tempo depois fui ministrar aula na Escola Classe 05 de Brazlândia – DF, onde me deparei com a dificuldade que a escola pública vivia (agora como professor). Comecei com uma turma de 5 anos, educação infantil, onde havia um aluno TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção e ainda com Hiperatividade. Vi que a realidade era muito diferente da prática em sala de aula. Não sabia muito o quê fazer, fui buscar ajuda, com colegas professores mais experientes, e em livros, que me ajudaram bastante a entender o aluno e a mim mesmo. O ano foi muito proveitoso, consegui contornar toda a situação.

No ano seguinte (2010), "caí de pára-quedas" em uma turma da 4ª série que ninguém da escola queria. Principalmente por causa de um aluno que era considerado muito "problemático". Ele é um aluno com Déficit de Inteligência – DI e que deu muito trabalho nos anos anteriores. Assim que cheguei na escola, a diretora disse que era necessário um homem para ficar com a turma, pois até aquele momento ninguém conseguiu lidar com o educando. É importante ressaltar que essa escola é inclusiva.

E assim começa minha jornada em lutar por uma Inclusão Escolar além da sala de aula, e em escrever sobre esse tema: *Inclusão Escolar: Por uma inclusão além da escola*.

Assim, ao se falar em inclusão, surge sempre a ideia de inserção de algo ou alguém novo ou diferente, a um processo em andamento. E não se deve esquecer que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais é um direito garantido para todos. Mas afinal, depois que os educandos terminarem o período escolar vão fazer o quê? O quê aprenderam na escola? Para que aprenderam? Onde vão aplicar o conhecimento construído? Mas realmente o que é importante aprender na escola para um educando com necessidades educacionais especiais?

São estas questões que deverão ser respondidas na monografia, pois a escola deve sim incluir esses educandos. Mas deve-se ensinar realmente o que os estudantes com necessidades especiais necessitam para a vida além da escola. A educação dos alunos com necessidades especiais deve ser adequada a sua condição e valorizar a prática e a construção de uma cidadania plena (ARANHA, 2004).

É importante ressaltar que, a inclusão é uma força que renova a escola e amplia a participação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Talvez seja necessário repensarmos o ensino regular, que embasado neste novo paradigma educacional, respeita a diversidade de forma humanística, democrática e percebe o sujeito ativo a partir de sua singularidade, tendo como objetivo principal, contribuir de forma que promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal para que cada um se construa como um ser global na sociedade além da escola (FERREIRA, 2010).

Para se efetivar a inclusão é necessária à superação de várias provocações, tais como: realizar a capacitação dos professores, para saber lidar com diferentes problemáticas; estabelecimento de novas formas pedagógicas e metodologias, os alunos e famílias devem aprender a aceitar as diferenças e a própria criança portadora de necessidade especial precisa participar ativamente de seu processo de inclusão, ela deve ser autora do seu processo de aprendizado.

A motivação do tema é uma angústia e uma realidade não somente na escola em que leciono, mas em outras escolas, pois os educandos com necessidades especiais são praticamente jogados em uma sala de aula com outros alunos "normais" ficando sem assistência do professor e equipe escolar em geral. Esses alunos são vistos como problemas por alguns professores.

Por esse motivo, pretendo discorrer sobre uma inclusão que aconteça verdadeiramente e que leve em consideração as reais necessidades dos educandos, principalmente, necessidades que serão vitais para quando eles saírem do seio escolar.

Só haverá cidadania e uma inclusão verdadeira a partir do reconhecimento de que somos todos diferentes. E só se pode ser alcançado se trabalharmos na escola a integração dos educandos portadores de necessidades especiais com uma inclusão além da escola, ou seja, que os conteúdos trabalhados em sala de aula atendam as necessidades que os educandos vão ter após saírem da escola como as habilidades adaptativas, com base nas necessidades funcionais do aluno: *Conceituais, Sociais e Práticas*. Para promover e melhorar as atividades relacionadas ao exercício da autonomia, tais quais: as atividades da vida diária, alimentar-se, organizar e preparar alimentos, deslocar-se de maneira independente, utilizar meios de transportes, tomar medicação, manejar dinheiro, usar telefone, e principalmente atividades ocupacionais/laborativas relacionadas ao emprego e trabalho. Para que possa haver uma integração na vivência em sociedade, e integração e inclusão ao meio social.

Pois, pode-se afirmar que a diversidade de uma forma geral é uma cultura a ser edificada e representa uma visão de como se deve refletir na atualidade, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade. O respeito e o reconhecimento da diversidade é um dos princípios fundamentais na construção de um sistema educacional inclusivo. Reconhecer o direito à diversidade em educação é dar respostas às diferentes necessidades educacionais que os sujeitos apresentam diante do fato educativo.

Diante da problemática a ser estudada que irá nortear todo o trabalho, tem-se como objetivo geral a seguinte problemática: Identificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos educandos portadores de necessidades educacionais especiais.

Com o desenrolar do objetivo geral, tem-se os específicos que serão minuciosamente trabalhados no decorrer da monografia, a saber:

- Verificar se há construção de uma proposta inclusiva que garanta a todos os alunos a construção da autonomia, como: as atividades da vida diária, adaptando-o às suas necessidades, atividades ocupacionais/laborativas relacionadas ao emprego e trabalho.
- Compreender como é feita a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais em escolas comuns.
- Verificar se a adequação curricular está atendendo os educandos, e se está voltada às suas necessidades educacionais.

A monografia foi elaborada em capítulos. O capítulo I, traz uma explanação sobre o referencial teórico que dá base a sustentação do tema, bem como considerações importantes que norteiam a inclusão escolar. No capítulo II, destinado à metodologia, é elucidado de forma minuciosa todo método que foi utilizado, onde o foco da pesquisa é um estudo de caso que abordará com profundidade poucos objetos de pesquisa, procurando conhecer em profundidade a realidade de como a inclusão está acontecendo, através de entrevista, questionário, redação e análise documental (leis, decretos, regulamentações). No capítulo III, é feito o tratamento da informação, a análise dos dados coletados na pesquisa à luz da teoria estudada. Por fim, há o capítulo IV, onde estão apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO I – Fundamentação Teórica Acerca de uma Verdadeira Inclusão

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

A pesquisa desenvolvida tem como base a antologia de dois pensadores basilares. O primeiro, Paulo Freire (1996, 2002, 2005), versa sobre a importância e respeito às diferenças humanas, sejam elas de que ordem forem, ele afirma que não devemos deixar espaço para a separação entre os educandos em uma sociedade da diversidade, é necessário que haja o encorajamento da autonomia desses educandos. Decorre deste pensamento que: "o respeito, a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros" (FREIRE, 1996, 2005, 2006, 2002, p. 66). Ainda referente a autonomia, ela deve despertar no educando para que consiga na escola desenvolver habilidades para exercer na vida, ou seja, no cotidiano do dia a dia. O segundo, Vygotsky (1997) que criticou uma análise meramente quantitativa das crianças portadoras de necessidades especiais, se baseando nos defeitos das crianças.

Paulo Freire (1996, 2002, 2005), defende a educação como ato dialógico, aponta para necessidade de uma razão dialógica comunicativa. Ainda traz conceitos importantes a respeito da mediação do homem com o mundo, para transformar o mundo.

Ele afirma sabiamente que "saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (1996, Pag. 27). Ele trata bem a questão da reflexão e ação. "Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira transforma o mundo" (Freire, 2005, p. 82).

Como plano de fundo há diversos outros autores que dão suporte a pesquisa, como: Montoan, Beyer, Sartoretto, Dorneles e Rosseto.

Assim, na ótica desses autores é importante lembrar que incluir não se limita a colocar a criança dentro da escola, e sim fazer com que ela consiga interagir, de acordo com o meio e com outras crianças. Uma criança cega que fica isolada na escola sem o contato dos colegas, por exemplo, não está inserida: a exclusão fica reeditada no próprio ambiente escolar (MANTOAN, 2003).

Vivemos em um meio de diversidade e essa diversidade faz parte da riqueza humana, faz parte da essência da natureza humana.

Sendo assim, devemos respeitar as diferenças humanas, sejam elas de que ordem for, não devemos deixar espaço para a separação entre os educandos em uma sociedade da diversidade, é necessário que haja o encorajamento da autonomia desses educandos. Decorre deste pensamento que: "o respeito, a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros" (FREIRE, 1996, 2005, 2006, 2002, p. 66). Ainda referente a autonomia, ela deve despertar no educando para que consiga na escola desenvolver habilidades para exercer na vida, ou seja, no cotidiano do dia a dia.

A inclusão é complexa, para que o educando adquira qualidades de se inserir na sociedade, é necessário se pensar em um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo e não do dia para a noite. Não se pode apenas transferir os educandos de lugar, de uma escola especial para uma escola comum. Isso não é inclusão. É necessário toda uma organização na escola para receber esses educandos. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BEYER, 2005, 2006, p. 42)

Incluir é colocar os educandos em classes educacionais comuns e ter um projeto educacional para atender esses alunos, é antes de tudo, um compromisso. Segundo Sartoretto:

A inclusão só é possível lá onde houver respeito à diferença e, consequentemente, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiência aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades (2006, p.81).

Outro fator importante a ser considerado, para que haja uma inclusão além da escola, é que um sistema escolar inclusivo precisa investir na capacitação contínua dos professores e funcionários das escolas, num contínuo processo de sensibilização e atualização constante de toda escola e comunidade. Sensibilizando também a sociedade de que esses educandos podem e devem ter uma educação diferenciada e voltada para a vida prática.

É necessário todo o acompanhamento da equipe escolar para poder dar assessoria ao professor e a orientação para se buscar soluções de dificuldades que possam surgir no processo ensino aprendizado. Ainda afirma Beyer:

Não há como propor uma educação inclusiva, onde literalmente se jogue crianças com necessidades especiais nas salas de aula regulares, quando o professor não tem uma formação que lhe possibilite lidar com tais alunos (2005, p.56).

Outro ponto importante a ser lembrado é que deve haver uma heterogeneidade na educação escolar, o que vai favorecer na integração desses sujeitos na sociedade pós-escola, como nos afirma Dorneles:

Vivemos em um lugar heterogêneo e essa heterogeneidade faz parte da riqueza humana, faz parte da essência da natureza humana. Vivemos em uma sociedade complexa. Por complexa entendemos uma sociedade formada por várias facetas culturais, sociais, familiares, educacionais, políticas que se interpenetram e se inter-relacionam de diferentes formas (2004, p. 113).

Assim, conceituar inclusão escolar ainda é um desafio a ser enfrentado pelos professores das escolas regulares, ainda mais alterar o currículo desses educandos para que tenham uma educação plena e voltada para suas necessidades, Rosseto diz que:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais (2005, p. 42).

Geralmente as escolas têm excluído os educandos com necessidades educacionais especiais, mesmo que com a intenção de incluí-las. Há várias barreiras para incluir todos esses educandos no ensino regular, principalmente pelo fato de os professores não aceitarem as diferenças e dificuldades (NERI, 2003).

Beyer coloca:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar um uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender aos alunos cujas situações pessoais e características correspondentes requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário, pondo em andamento, na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um (2006, p.88).

Por fim, tem que haver um processo de uma inclusão voltado para os educandos com necessidades educacionais especiais para que eles consigam depois que sair do seio escolar não ser um peso, e conseguir se inserir na sociedade com trabalho laborativo, é possível quando se acredita no potencial humano, na diferença que existe entre as pessoas, na capacidade que cada um detém de aprender e de ensinar.

1.1 Adequação Curricular: Uma importante ferramenta para inclusão

Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.

Paulo Freire

Para que se tenha uma inclusão escolar adequada e o que os educandos aprendam na escola não apenas conceitos que não serão úteis para seu cotidiano, é necessário que se tenha um planejamento para esses educandos. É necessário planejar para que esses educandos tenham uma educação diferenciada, uma inclusão escolar. E esse planejamento é a adequação curricular. É na adequação curricular que a escola permite ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos estudantes.

Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina (Freire, 1996).

A adequação curricular deve ser feita levando em consideração o cotidiano da escola, e as necessidades e capacidades dos seus estudantes e os valores que orientam a prática pedagógica (BRASIL/SEE/MEC, 2005).

É na adequação curricular que a escola poderá atuar nas dificuldades de aprendizagem dos educandos. Deve-se adequar o currículo, regular para torná-lo compatível com as características dos educandos com necessidades educacionais especiais.

Educação inclusiva não é deixar os educandos em uma sala de aula comum com conteúdos iguais para todos os educandos. O currículo deve ser rigorosamente selecionado e adaptado de forma individual para cada aluno. É na adequação curricular que a escola irá trabalhar com o aluno questões relacionadas a habilidades conceituais, sociais e práticas.

As professoras Diva Albuquerque Maciel e Erenice Natália Soares de Carvalho em seu artigo "Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002" trazem conceitos importantes sobre as habilidades conceituais, sociais e práticas que devem ser desenvolvidos nos educandos. Assim definem as habilidades conceituais da seguinte forma:

Habilidades conceituais – relacionadas aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação. São exemplos dessas habilidades: a linguagem (receptiva e expressiva); a leitura e escrita; os conceitos relacionados ao exercício da autonomia.

São habilidades importantes de serem contempladas na adequação curricular sempre incluído no projeto pedagógico da escola buscando garantir que os estudantes com necessidades educacionais especiais participem da programação geral da escola, igual a qualquer outro estudante, entretanto, considerando as especificidades que as suas necessidades possam requerer (BRASIL/SEE/MEC, 2005). Neste quesito a escola deve: realizar e trabalhar com atividades que visam à melhoria dos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação, tais quais: a linguagem receptiva e expressiva; leitura e escrita: conceitos relacionados à autonomia social e intelectual.

Devem ser contempladas também na adequação curricular as habilidades sociais que são:

Relacionadas à competência social. São exemplos dessas habilidades: a responsabilidade; a autoestima; as habilidades interpessoais; a credulidade e ingenuidade (probabilidade de ser enganado, manipulado e alvo de abuso ou violência etc.); a observância de regras, normas e leis; evitar vitimização. (Maciel, 2003)

As habilidades sociais irão tornar o educando mais independente frente à sociedade. Ao se trabalhar essas habilidades a escola formará um educando capaz de se relacionar com a sociedade. Formará um sujeito ativo e social.

E por último, e não menos importante, estão as habilidades práticas, que irão desenvolver a autonomia no aluno necessidades educacionais especiais, para que possa haver uma integração na vivência em sociedade, e integração e inclusão ao meio social. As habilidades práticas são:

Relacionadas ao exercício da autonomia. São exemplos: as atividades de vida diária: alimentar-se e preparar alimentos; arrumar a casa; deslocar-se de maneira independente; utilizar meios de transporte; tomar medicação; manejar dinheiro; usar telefone; cuidar da higiene e do vestuário; as atividades ocupacionais – laborativas e relativas a emprego e trabalho; as atividades que promovem a segurança pessoal.

Assim, essas três habilidades devem ser trabalhadas para formar um educando que possa sair da escola e ter autonomia em sua vida. É a adequação curricular que irá direcionar a prática pedagógica para as necessidades do educando, para que a inclusão feita na escola seja de tal forma que o educando ao sair dela tenha autonomia na sua vida cotidiana. E assim se concretize uma inclusão além da escola.

Ao se trabalhar essas habilidades busca-se garantir aos educandos com necessidades educacionais especiais a participação da programação diária da escola, igual a qualquer outro aluno, porém, devem-se considerar as necessidades individuais que possam requerer (BRASIL/SEE/MEC, 2005).

1.2 O Paradoxo da legislação para Educação Especial

Tem-se falado muito em inclusão hoje em dia. E não é por acaso, há legislação regulamentando a educação especial. O problema é que há diversas contradições existentes na legislação educacional especial e tem trazido grandes prejuízos aos educandos.

A Constituição Federal de 1988 inovou ao petrificar como fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana (art. 1°, inc. III), e como objetivos fundamentais "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (CF 1988, art. 2°, IV). Além de eleger o direito de igualdade, afirmando que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Partindo deste pressuposto a escola inclusiva deve conhecer o educando para poder respeitar suas potencialidades e necessidades, e responder, com qualidade pedagógica.

Ainda o artigo 205 da Constituição trouxe uma defesa em prol de uma educação inclusiva para todos: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Para que esse artigo seja cumprido a escola tem que se tornar verdadeiramente inclusiva e contar com a participação responsável de todos os atores do cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 58, §1º diz que deverá haver, quando necessário, serviço de apoio especializado na rede regular de ensino para atender as peculiaridades dos educandos, para atender esses educandos na rede regular de ensino.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Mas não foi isso que durante muito tempo ocorreu, muitos educandos ficaram jogados em escolas para atendimento especial.

Já o segundo parágrafo do mesmo artigo da LDB afirma que:

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Muitas escolas têm entendimento equivocado desse dispositivo e tem substituído o ensino regular pelo especial ou aberto salas especiais dentro da escola comum.

A contradição existente na legislação educacional especial tem trazido grandes prejuízos não somente a esse educando, mas a vários educandos do país.

No artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001 diz que:

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Já no artigo 9° da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001, afirma que:

Art. 9º As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

Por fim, ainda há incongruência no artigo 29, §1° da Resolução n° 4, de 13 de Julho de 2010, que diz:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Assim, fazendo uma análise dos três dispositivos das leis acima, observa-se que os educandos têm o direito assegurado em classe comum e um ensino regular, conforme o segundo parágrafo da Resolução CNE/CEB nº 2, mas o art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 2, abre brechas na legislação para que haja classe especial na escola, possibilitando que educandos com necessidades educacionais especiais sejam transferidos para classes especiais e não estudem em salas de aulas comuns.

Esse artigo permite que a escola crie uma classe especial, mas de caráter transitório do educando, mas geralmente não é o que acontece de fato.

CAPÍTULO II – Metodologia

2.1 Objetivos

Diante da problemática a ser estudada que irá nortear todo o trabalho, tem-se como objetivo geral a seguinte problemática: Identificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos educandos portadores de necessidades educacionais especiais.

Com o desenrolar do objetivo geral, tem-se os específicos que serão minuciosamente trabalhados no decorrer da monografia, a saber:

- Verificar se há uma construção de uma proposta inclusiva que garanta a todos os alunos a construção da autonomia, como: as atividades da vida diária, adaptando-o às suas necessidades, atividades ocupacionais/laborativas relacionadas ao emprego e trabalho.
- Compreender como é feita a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais em escolas comuns.
- Verificar se a adequação curricular está atendendo os educandos, e se está voltada às suas necessidades educacionais.

2.2 Fundamentação da Metodologia

Pesquisar é questionar, é perguntar! Esse questionamento, explica Trujillo Ferrari (1982, p. 168), "destina-se a duas finalidades mais amplas que a simples procura de respostas": vinculadas ao enriquecimento teórico da ciência e relacionadas com o valor prático ou pragmático da realidade. A partir dessas duas finalidades a pesquisa foi dividida de acordo com a seguinte metodologia de pesquisa seguida por Gil (2006; 2007), Appolinário (2006) e Triviños (1995):

Quanto ao método e à forma de abordar o problema a pesquisa caracteriza-se como qualitativa (Gil 2006), pois analisou os dados indutiva e descritivamente. E a análise teve por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade. E a pesquisa teve no ambiente natural (escola) como fonte direta dos dados: sendo que os estudos qualitativos tiveram predominância, mas em certos momentos apareceram traços quantitativos.

A pesquisa foi realizada por meio de um Estudo de caso, em uma Escola Classe de Brazlândia/DF, que abordou com profundidade poucos objetos de pesquisa, procurando conhecer em

profundidade a realidade de como a inclusão está acontecendo, através de observação, entrevista, redação e análise documental (leis, decretos, regulamentações).

Sendo que para a coleta de dados foi utilizado a técnica da entrevista semi-estruturada, observação e redação com professores e profissionais da sala de recursos.

Foi utilizada a entrevista-semiestruturada, pois é no contato e na comunicação que se obtem melhor resultado na pesquisa qualitativa, como observa González Rey (2002, p. 55):

Estudar as condições de comunicação, analisá-la e melhorá-la são as melhores tarefas da pesquisa qualitativa. Qualquer pesquisa em psicologia requer material que é obtido sob certas circunstâncias que afetam o material a ser pesquisado. [...] Não posso enfatizar suficientemente quão importante é o conhecimento dessas circunstâncias, das condições situacionais dos processos de comunicação, para entender o material da pesquisa e especialmente para selecionar o bom material para a pesquisa.

Assim, para este tipo de pesquisa qualitativa; a entrevista semi-estruturada é um dos importantes meio de investigar e de se realizar a Coleta de Dados. Como a pesquisa é qualitativa, pode-se usar este meio de entrevista para valorizar a presença do investigador, e oferecer todas as expectativas possíveis para que o observador/pesquisador alcance todos os resultados necessários e possa enriquecer a investigação.

2.3 Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Classe X de Brazlândia/D,F situa-se na zona urbana de Brazlândia/DF, atendendo um total de 502 alunos entre as faixas etárias de 03 a 14 anos. As etapas e séries oferecidas são: Educação Infantil – 1º Período (4 anos) e 2º Período (5 anos); Ensino Fundamental de 8 e 9 anos: 1º ano (6 anos), 2º ano (7 anos), 3º ano (8 anos), 4º ano (9 anos) e 4ª série, Aceleração das Séries Iniciais e Classe Especial (Deficiências Múltiplas).

As intervenções e projetos previstos por essa instituição são elaborados a partir da observação e diagnóstico das dificuldades discentes para que o grupo docente elabore ações viáveis a serem aplicadas individualmente e no âmbito global escolar, com base nas diretrizes educacionais da Secretaria do Estado de Educação do D.F e segundo a realidade da clientela em atendimento.

A Escola Classe X foi inaugurada em setembro de 1990, construída com madeira revestida com uma fina camada de cimento, possuía vinte e uma dependências das quais cinco eram destinadas a salas de aula. Contava, então com quatorze funcionários e atendia em média a um total de 300 alunos distribuídos em dois turnos.

Em 1991 passou a funcionar em três turnos, sendo um turno intermediário – de 11h às 15h – denominado turno da fome, devido a grande demanda de alunos, onde as dependências destinadas a parte administrativa, salas de vídeo e biblioteca passaram a ser utilizadas como sala de aula.

Com o passar do tempo a frágil estrutura física da escola foi se deteriorando, chegando a ser interditada pela defesa civil, mas a escola continuou a funcionar normalmente, depois de passar por alguns reparos realizados pela Diretoria Regional de Ensino (DRE), ocasião que foram construídas mais seis dependências definitivas que mais tarde comporia a nova escola, a qual fora reinaugurada.

Atualmente possui 44 dependências, das quais 12 são destinadas a salas de aula e atende a 502 (quinhentos e dois) alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental de 08 anos e de 09 anos nos turnos matutino e vespertino. Conta ainda com um quadro de 68 funcionários.

Em sua totalidade, salvo pouquíssimas famílias, são moradores do bairro local que rodeia a escola. Trata-se de uma comunidade de renda baixa, uma parte das famílias recebem de 02 a 05 salários mínimos e a outra metade conta com apenas um salário mínimo por mês. Muitas famílias são assistidas por programas sociais do governo como o "Renda Minha" e " Pão e Leite".

Essas famílias apresentam-se numerosas, algumas crianças moram com o pai, a mãe e irmãos, outros ainda dividem a casa com os avós e tios. A figura de madrastas e padrastos faz-se presente em algumas famílias. A maior parte das famílias é compostas por mais de cinco pessoas, na maioria apenas uma dessas pessoas trabalham, outras famílias vivem apenas com a ajuda dos programas assistencialistas do governo ou com doações da comunidade. O nível de escolaridade da maioria dos responsáveis está entre o nível fundamental e médio, alguns não apresentam nenhum grau de instrução, poucos pais ou responsáveis tem ensino superior.

As famílias costumam realizar atividades como ir à parques, igrejas, praças nos finais de semana.

Em entrevista com os gestores da escola, eles afirmaram que em alguns casos de desestruturação familiar, que contribuem com a violência de algumas crianças e omissão de alguns pais, a escola tenta intervir com projetos que trazem a comunidade para dentro da escola, entre outras providências como a ajuda do Conselho Tutelar, convocação de reunião com os pais e Batalhão Escolar.

2.4 Participantes

O lócus da pesquisa é uma escola pública inclusiva onde leciono, onde atuo como observador e pesquisador. A pesquisa foi realizada com 8 professores de sala de aula regular que atuam com

educandos com necessidades educacionais especiais, 1 uma professora da sala de aula especial e 2 duas professoras que atuam na sala de recursos. Totalizando 9 salas de aula e 17 educandos com necessidades educacionais especiais.

A sala especial tem atualmente 4 educandos que "não tem condições" de serem inseridos em classe comum. 1 aluno cadeirante, com deficiências múltiplas; 1 um aluno com Síndrome de Down que é muito agitado; 1 aluno com deficiências múltiplas, mas que se locomove com muita dificuldade com andador com rodas; e 1 aluno com deficiência intelectual.

2.5 Materiais Utilizados

Para construção dos dados foram utilizados os seguintes materiais:

- Folha em branco;
- Caneta;
- Roteiro para entrevista;
- Redação.
- Observação diária na escola e sala de aula;
- Diário de campo: plano de aula e adequação curricular.

2.6 Instrumentos de Construção de Dados

Para coleta de dados forma utilizados diversos instrumentos que ajudaram em um bom desenvolvimento da pesquisa, tais quais: roteiros de entrevista, observação, diário de campo e análise de documentos.

Quanto a entrevista foi tomado todo cuidado para deixar os professores à vontade, mesmo dirigindo a entrevista e mantendo-a dentro dos propósitos dos itens preestabelecidos, e evitando que o diálogo se desviasse dos propósitos da pesquisa. Sempre com o cuidado de falar pouco e ouvir muito.

Para o sucesso da entrevista foi anotado cuidadosamente os informes coletados.

A observação foi realizada durante o ano letivo de 2010 com os educandos da escola e de minha própria sala de aula. Sempre fazendo anotações mesmo que fossem no plano de aula desenvolvido.

Por fim utilizou-se também, para a construção de dados, a análise de documentos como: Proposta Pedagógica da escola, Adequações curriculares dos professores e Leis que norteiam a educação especial.

2.7 Procedimentos da Construção de Dados

A escola Classe X de Brazlândia/DF foi escolhida como lócus da pesquisa, pois é a instituição em que leciono. Assim, facilitando a observação e todo desenvolvimento da pesquisa. Seria uma árdua tarefa em realizar essa pesquisa em outro estabelecimento de ensino em que não tivesse vínculo. Há uma grande resistência por parte de Gestores e professores em participar de pesquisas desse gênero, pois sempre acham que o pesquisador irá apontar os erros e culpá-los pelo mau desempenho da educação naquele estabelecimento de ensino.

Os professores foram selecionados da quase totalidade de docentes que tem educandos com necessidades especiais na escola. Esses professores e professoras da classe comum, classe especial e sala de recursos se dispuseram em participar da pesquisa, talvez pela longa data de convivência em que tenho com os mesmos, formando um vínculo de amizade e colaboração na escola.

Foi apresentado toda problemática do tema além da carta de apresentação e o termo de consentimento para que eles preenchessem.

A entrevista e a produção da redação ocorreram em vários momentos, pois nem todos estavam sempre presentes na sala dos professores no momento da coordenação. Os professores foram entrevistados separados em momentos distintos, para que as respostas de um não influenciassem nas dos outros e também para que ninguém ficasse constrangido com a presença dos outros. Foram vários dias até conseguir entrevistar todos os professores (incluindo os da sala de recursos).

Já na redação, propus que fosse realizada com todos ao mesmo tempo em horário da coordenação. Entreguei a folha e fiquei esperando que terminassem, não deixei que levassem para casa. Queria uma redação espontânea sem consultas a internet ou livros.

CAPÍTULO III – Considerações sobre a análise e Coleta de dados

Este capítulo da monografia traz os resultados da pesquisa que foi muito intensa. Os dados obtidos foram frutos de uma pesquisa qualitativa, por meio de três momentos distintos: observação entrevista semi-estruturada, redação e análise documental (leis, decretos, regulamentações).

No primeiro momento, o pesquisador atuou também como participante da pesquisa, pois a cada aula ministrada era realizado um diário de bordo com todas as angústias que foram vivenciadas, além de uma rigorosa observação pela escola no cotidiano escolar.

Na escola há 32 educandos inclusos, incluindo os da sala de recursos, onde o primeiro contato com a pesquisa empírica foi a observação *in locu* no cotidiano escolar desses educandos. Assim, com essa metodologia de pesquisa pode-se notar que essa é uma das escolas que mais tem alunos com necessidades educacionais especiais - ANEE em salas comuns. Há uma grande dificuldade para que essa inclusão se dê na plenitude, pois há falta de materiais e de monitores para auxiliar os professores.

Mesmo essa escola sendo inclusiva, via-se o grande despreparo da escola em receber os alunos ANEE, não há materiais que possam ajudar na parte pedagógica. Sendo que os professores tinham que comprar materiais para poder ajudar no reforço escolar.

O segundo momento, entrevista semi-estruturada, traz a fala dos professores. À professora X da sala de recursos, em entrevista, foi perguntada sobre as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos educandos ANEE e respondeu o seguinte:

é muito difícil, a gente não tem material... não tem uma sala com recursos, e a sala de aula não é equipada para receber os alunos. É uma sala normal, e eu trago alguns brinquedos do meu filho para poder usar aqui.

Na fala da professora percebe-se a dificuldade de se realizar a inclusão dos educandos - ANEE na escola. A mesma professora afirmou que a política de inclusão escolar é muito boa, mas falta a estrutura para atender os alunos.

Para verificar se a inclusão estava na proposta pedagógica da escola, foi feita uma minuciosa leitura, e notou-se que a proposta traz menções sobre a educação especial, mas de forma muito tímida. Não contempla a integração dos ANEE em projetos.

Vale ressaltar que para a efetivação da inclusão escolar, e favorecer o aprendizado dos alunos com necessidades especiais, faz-se necessário o desenvolvimento de adaptações curriculares que envolvam tanto as transformações que a escola precisa fazer para garantir a acessibilidade aos alunos quanto às adaptações pedagógicas ou curriculares propriamente ditas.

De acordo com as Diretrizes Pedagógicas, p. 77, as medidas de adequação, no âmbito do currículo desenvolvido na sala de aula, são realizadas pelo professor e destinam-se, principalmente, à programação das atividades da sala de aula. Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógicos e destacam como fazer a organização temporal dos componentes curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo a favorecer a efetiva participação, integração e aprendizagem do aluno.

Matriz Curricular da Educação Especial - Conforme as Diretrizes Pedagógicas

CONTEXTO	DIMENSÃO DO APOIO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
	Funções Intelectuais	Percepção Raciocínio lógicomatemático Organização do pensamento Análise e síntese Compreensão de idéias Conhecimento do mundo e aprendizagem formal Generalização de conhecimentos	Capacidade para compreender o ambiente e reagir a ele adequadamente com base nos conhecimentos construídos. Capacidade de planejar e solucionar problemas e aplicação na atividade prática.
		Habilidades Conceituais	Relacionadas aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação. Ex: linguagem, leitura e escrita, conceitos matemáticos
		Habilidades sociais	Relacionadas à competência social. Ex: habilidades interpessoais, responsabilidade, auto-estima, observância de normas de conduta, regras e leis, evitar a vitimização.

	Comportamento adaptativo Formação da identidade pessoal, social e cultural	Habilidades práticas de vida autônoma e independente Comunicação Participação Interação Vivência de papéis Sociais Expressão artística Capacidade criadora Exercício da cidadania	Relacionadas à vida autônoma e independente: Ex: atividades de cuidado pessoal na vida diária, atividades instrumentais de vida, habilidades, ocupacionais e segurança no ambiente. • Considera os contextos típicos de seu grupo etário consistentes com a diversidade cultural e linguística da pessoa, constituindo espaços que possibilitam sua participação, interações sociais e vivência de papéis sociais que refletem a quantidade e a qualidade de seu engajamento em seu ambiente e o exercício de sua cidadania.
	Funções Psicomoto ras	Esquema corporal Equilíbrio Coordenação dinâmica geral Coordenação motora Orientação espaçotemporal Lateralidade	Considera o desenvolvimento integral do ser, articulando corpo, movimento e mente, de forma a favorecer a comunicação e expressão de seus pensamentos, desejos e necessidades
TOTAL DE CARGA HORÁRIA SEMANAL			X HORAS
TOTAL ANUAL			X HORAS

OBSERVAÇÕES:

- 5. Aspectos a serem observados:
- · Programação individual.
- Desenvolvimento de habilidades funcionais que estejam vinculadas à qualidade de vida.
- · Adequação à idade cronológica.
- Prioridade ao ambiente natural do aluno para realização das atividades.
- Participação efetiva, no processo educacional, dos pais e dos profissionais que atendem ao aluno, visto que são eles quem melhor o conhecem e poderão identificar, com maior precisão, quais as habilidades que necessariamente deverão ser adquiridas.
- Interação com outros alunos não-deficientes, uma vez que são os colegas que proporcionam a entrada das crianças e dos jovens nas experiências normais de vida em seu grupo de idade.
 - 6. Os conteúdos são definidos de acordo com:
 - Domínio definição dos interesses, das necessidades e das potencialidades do aluno;
 - Atividade ação pedagógica para o desenvolvimento da habilidade.
- 7. A carga horária semanal para o desenvolvimento das atividades funcionais, baseadas na Dimensão do Apoio, será definida no planejamento individual de cada aluno.

A escola conta com intervenções pedagógicas que são: projetos interventivos e reforço escolar. O projeto interventivo trata-se de uma maneira de intervir pedagogicamente junto ao aluno em defasagem idade/série e/ou com dificuldade de aprendizagem. Objetiva valorizar o trabalho desenvolvido na escola. E o reforço escolar oferece um atendimento diferenciado através de atividades de reforço aos alunos que apresentarem defasagem e/ou dificuldades na aprendizagem que não foram superadas durante as aulas normais, principalmente em Língua Portuguesa.

Mas como a professora citou acima, não há materiais pedagógicos para fazer um trabalho diferenciado com esses educandos. O que leva apenas a muitas vezes dar uma mesma aula para esses educandos.

O trabalho diferenciado com os educandos ANEEE, na maioria das vezes, é realizado com cópias de livros e atividades de séries anteriores.

Nas entrevistas quando perguntado "O que você acha sobre a inclusão?" para os professores de sala de aula, professores da sala de recursos e gestores, eles responderam que a inclusão é muito importante e deve acontecer e que "devemos tratar o semelhante de forma igualitária, sem distinção, respeitando suas diferenças e limitações" (fala de uma professora da sala de recursos).

Esses atores reconhecem a importância da inclusão, mas reconhecem a dificuldade sem os recursos necessários. Como uma adaptação total da escola e com recursos pedagógicos e humanos necessários.

Quanto a adequação curricular para os educandos ANEE foi feita as seguintes perguntas para os professores "1) Há uma adequação curricular para os alunos? 2) A adequação curricular é seguida? 3) Na adequação curricular é levado em consideração aspectos que visem à autonomia do educando quando sair da escola?". Eles responderam que faziam sim a adequação curricular, mas constantemente não seguiam como deveria por causa da quantidade de alunos que tem em sala de aula. Nem todas as turmas eram reduzidas e os alunos regulares estavam muito defasados em conteúdos, assim era muita coisa para eles fazerem.

Apenas duas professoras afirmaram que seguiam rigorosamente a adequação curricular e fazia a revisão semestralmente, além de uma auto avaliação para ver se estava surtindo efeitos.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF preconiza os critérios que devem nortear a adequação curricular, tais quais: 1) o que o aluno deve aprender; 2) como e quando aprender; 3) que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; 4) como e quando avaliar.

É a partir desses critérios que as instituições de ensino devem adequar o currículo para o educandos ANEE. Assim, não basta apenas dar o acesso a escola para esses educandos mas é necessário garantir uma inclusão plena, dando oportunidade ao saber com vistas a atingir as finalidades da educação.

As Diretrizes Pedagógica da SEEDF, ainda dita as medidas que devem constituir adequações de acesso ao currículo:

- · criar condições físicas,
- ambientais e materiais para o aluno na instituição educacional de atendimento;
- propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- favorecer a participação nas atividades escolares;
- disponibilizar mobiliário específico necessário;
- fornecer ou adquirir os equipamentos e os recursos materiais específicos necessários;
- adaptar materiais de uso comum em sala de aula; e
- adotar sistemas de comunicação alternativos para os alunos impedidos de comunicação oral (no processo de ensino e de aprendizagem e na avaliação).

É nesse sentido que Vygotsky (1997, pag. 139) afirma que:

En todo el desarrollo social del niño desempeñan um papel decisivo, em los processos de sustitución, los recursos auxiliares (el linguaje, las palavras y otros signos), mediante los cuales el niño aprende a estimularse a sí mismo. El papel de los recursos auxiliares, com los que se va enriquecendo el niño durante su desarrollo, conduce a la segunda tesis

fundamental que caracteriza los processos compensatórios, a la tesis sobre la colectividad como fator de desarrollo de las funciones psíquicas superiores del niño normal y anormal.

Pois os recursos auxiliares descritos acima por Vygotsky são de suma importância para a adequação curricular. É através da adequação curricular que os educandos terão oportunidade de ter uma aprendizagem diferente e condizente com sua realidade.

Mas no relato dos professores, vê-se a vontade em constituir uma adequação curricular perfeita, e mais do que isso: seguir plenamente a adequação. Eles afirmaram que não tem condições de seguir a risca a adequação curricular, esbarram na falta de recursos na escola, como uma professora citou:

a escola não está preparada para receber e incluir esses alunos, é muita coisa para os professores fazerem. Às vezes a gente dá uma aula igual por falta de material.

O terceiro momento da pesquisa foi a elaboração de uma redação em conjunto com os professores. Foi um momento coletivo e espontâneo onde os professores puderam se expressar escrevendo voltado para saber se na construção da proposta inclusiva garante aos educandos ANEE a autonomia, como: as atividades da vida diária, adaptando-o às suas necessidades, atividades ocupacionais/laborativas relacionadas ao emprego e trabalho. E se a escola prepara esses educandos para serem cidadãos.

Ao serem analisadas as redações, observou-se que unanimemente os professores não garantiam na adequação curricular questões que promovessem a construção da autonomia, para uma vida fora da escola. No texto eles colocaram que o principal é garantir que os educandos aprendessem a ler e escrever, e tão pouco mencionaram a questão do letramento.

As habilidades práticas são de suma importância para que haja uma inclusão além da escola. É uma inclusão que começa na escola, mas que servirá para o educandos fora da escola também, é uma integração e inclusão ao meio social.

Os professores escreveram na redação praticamente o que já haviam dito na entrevista. Sempre colocando a dificuldade em realizar a inclusão sem recursos e constantemente com muitos alunos em sala de aula, a professora Y escreveu o seguinte na redação:

O processo de inclusão é muito bonito e necessário. Mas as turmas devem ser reduzidas, pois é muito difícil trabalhar um conteúdo diferenciado para os alunos.

Uma professora escreveu o seguinte na redação sobre a inclusão na escola:

Fala-se muito em incluir, mas criam-se tantos modelos e modismos e o aluno parece que na verdade é tratado com diferença, pouco acreditam que eles realmente podem tudo.

É um trecho muito importante, pois retrata como os educandos são tratados na escola. Mesmo com tudo o que se fala sobre a inclusão, ainda há pessoas que não acreditam no potencial dos educandos e ao invés de incluir acaba excluindo-os.

Assim, tem que haver uma adaptação para esses educandos, além de acreditar em todo potencial que eles têm, como coloca Vygotsky (1997, pag. 183):

la función primordial, la misión fundamental de la forma superior de adaptación reside en que se cumple allí donde el niño encuentra dificultades en la adaptación reside en que se cumple allí donde el niño encuentra dificuldades en la adaptación por el camino directo.

Por fim, a pesquisa trouxe grandes elucidações acerca da inclusão na Escola Classe X de Brazlândia/DF. Onde pode-se verificar quão difícil é o processo de inclusão, além de já estar em andamento há alguns anos. A escola não tem objetivado em implantar uma inclusão que possa trabalhar questões da autonomia e que forme cidadãos independentes.

CAPÍTULO IV – Considerações Finais

A questão central do estudo foi identificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos educandos portadores de necessidades educacionais especiais. Verificando, assim, que não há construção de uma proposta inclusiva que garanta a todos os alunos a construção da autonomia, como: as atividades da vida diária, adaptando-o às suas necessidades, atividades ocupacionais/laborativas relacionadas ao emprego e trabalho.

Para obter os resultados da pesquisa foi utilizada a técnica da observação, entrevista semiestruturada e redação. É impressionante que o resultado das três técnicas convergiram para uma única conclusão: há muitas dificuldades no processo de inclusão nesta escola, como falta de materiais para educandos ANEE; adaptação da escola; brinquedos pedagógicos para os educandos PNEE e falta de uma proposta pedagógica que contemple a educação especial.

Na observação o pesquisador pode verificar diretamente como era feita a inclusão dos educandos ANEE, tirando suas próprias conclusões sobre o que se passava na escola.

Com a entrevista, pode-se perceber na fala dos professores (sala comum e sala de recursos) e gestores as dificuldades de se incluir educandos ANEE em classes comuns, além de não conseguirem atender plenamente esses educandos, talvez por falta de materiais e apoio. Limitando-se apenas em ensiná-los a ler e escrever e muitas vezes ministrando a mesma aula para os outros educandos.

Ainda, utilizou-se a técnica da redação onde esses atores se expressaram de modo diferente. Agora individualmente cada professor fez sua redação identificando as dificuldades da inclusão na escola, além de tocar em pontos sobre a adequação curricular e sobre as Habilidades Conceituais, Sociais e Práticas.

Também foi possível verificar que a escola não tem contemplado concretamente a adequação curricular as Habilidades Conceituais, Sociais e Práticas. Não trabalhando questões basilares para que esses educandos tenham condições de viver uma vida autônoma fora da escola. Mesmo que essas habilidades sejam trabalhadas no início da escolarização. Pois o Ensino Fundamental (séries iniciais) é o pilar de toda escolarização futura.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. (Org.) *Educação inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 4v, 2004.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 26. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

BEYER, H. O. *Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

BEYER, H. O. A Educação Inclusiva: ressinificando conceitos e práticas da educação especial. Revista Educação Especial. Brasília, n. 02, ago. 2006.

BRASÍLIA. Diretrizes pedagógicas da secretaria de estado de educação do Distrito Federal – 2009/2013. Brasília-DF. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

DORNELES, B. V. Diversidade na aprendizagem. In: BASSOLS. Saúde Mental na Escola: Uma abordagem multidisciplinar. 2 edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. Cap. 20, p. 111 – 119.

FERREIRA, J.R. *Políticas Educacionais e Educação Especial*. 25a Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2003. Disponível em www.anped.org.br. Acesso em abril de 2010.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11a Ed, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia* – *Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACIEL, Diva Albuquerque; CARVALHO, Erenice Natália Soares de. *Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002*. Temas em Psicologia da SBP - 2003, Vol. 11, n° 2, 147–156, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

NERI, M. et al. *Diversidade: retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Pesquisa qualitativa e subjetiva: os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson, 2005.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Thomson, 2002.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: LEBEDEFF, T. B. PEREIRA, I. L. e S. Educação especial - olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

SARTORETTO, M. L. M. Inclusão: teoria e prática. In: III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores, 2006, Brasília. *Ensaios Pedagógicos. Educação Inclusiva: Direito a Diversidade.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de defectologia. In: Obras Escogidas. V. Madrid: Visor, 1997.

APÊNDICE I

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1. O que você acha sobre a inclusão?
- 2. Quantos alunos inclusos têm em sua sala?
- 3. Como se dá a inclusão na escola?
- 4. Há uma adequação curricular para os alunos?
- 5. A adequação curricular é seguida?
- 6. Na adequação curricular é levado em consideração aspectos que visem à autonomia do educando quando sair da escola?

APÊNDICE II

REDAÇÃO:

Faça uma redação descrevendo possíveis dificuldades encontradas no processo de inclusão dos educandos portadores de necessidades educacionais especiais. Para isso aborde na redação os seguintes tópicos:

- Se há uma construção de uma proposta inclusiva que garanta a todos os alunos a construção da autonomia, como: as atividades da vida diária, adaptando-o às suas necessidades, atividades ocupacionais/laborativas relacionadas ao emprego e trabalho.
- Descrever como é feita a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais na escola.
- Se a adequação curricular está atendendo os educandos, e se está voltada às suas necessidades educacionais.